



KEYNES E O CAPITALISMO

KEYNES AND CAPITALISM

José Cândido da Silva Nóbrega e Francisco Junior de Oliveira Marques

RESUMO - Esse estudo teve o objetivo de analisar Keynes e o capitalismo. Realizou-se uma revisão de literatura e os dados foram lidos pela forma qualitativa. Concluiu-se que Keynes sugeriu na época que toda sociedade enfrentava a necessidade de resolver dois problemas simultaneamente: eficiência e justiça social. Nesse sentido, fica claro que a tensão entre esses dois objetivos marcou a discussão teórica dos economistas no século passado. Como os estudiosos do assunto o conhecem bem, os apoiadores do sistema de mercado têm focado sua atenção no aspecto da eficiência e da preservação da liberdade individual, contando com o princípio utilitarista segundo o qual o ser humano é irremediavelmente egoísta e que esse vício privado, quando se reúne no mercado, se traduz em uma virtude pública que promove desempenho e crescimento eficientes.

Palavras-chaves: Keynes. Capitalismo. Eficiência. Justiça Social.

ABSTRACT - This study aimed to analyze Keynes and capitalism. A literature review was performed and the data were read by the qualitative form. In conclusion, Keynes suggested at the time that every society faced the need to solve two problems simultaneously: efficiency and social justice. In this sense, it is clear that the tension between these two objectives marked the theoretical discussion of economists in the last century. As scholars of the subject know well, supporters of the market system have focused their attention on the aspect of efficiency and the preservation of individual freedom, relying on the utilitarian principle that human beings are hopelessly selfish and that this private vice, When it meets in the marketplace, it translates into a public virtue that promotes efficient performance and growth.

Keywords: Keynes. Capitalism. Efficiency. Social justice.

*Autor para correspondência

Recebido para publicação em 12/01/2020; aprovado em 08/09/2020

- 1) Graduado em Administração; Graduado em Teologia pelo Centro Universitário Claretiano (CEUCLAR); MBA em Gestão Estratégica de Pessoas pela Fundação Getúlio Vargas (FGV); Especialista em Teologia pela Universidade Católica Dom Bosco; Mestre em Sistemas Agroindustriais – UFCG e Mestre em Negócios Internacionais -MUST.
- 2) Doutorando no PPGD Direito Constitucional, Unifor, Fortaleza. Bacharel em Direito, Unifor, Fortaleza, 2018. Diplomado em psicopedagogia, Universidade Gregoriana (Unigre), Roma, 2008. Mestre em Teologia Sistemática, Faculdade dos Jesuítas (Faje), Belo Horizonte, 2005. Licenciado em Filosofia, PUC-Minas, Belo Horizonte, 2000. Professor de Direito pela Faculdade de Tecnologia de Horizonte (Fathor), Horizonte. Tel. (85) 999657060. Lattes <http://lattes.cnpq.br/4845578024825495>. OCID <https://orcid.org/0000-0002-2684-6499>. sssmarquez@hotmail.com

INTRODUÇÃO

Ao postular uma crescente intervenção do Estado nos mecanismos da macroeconomia, ao mostrar que o sistema capitalista não tem resseguro por suas próprias tendências destrutivas, Keynes foi considerado por alguns analistas próximo da teoria marxista e do materialismo dialético. No entanto, sua posição contra o marxismo tornou-se crítica: “Como posso aceitar uma doutrina que ele adota como Bíblia, sem o menor indício de crítica, um livro de economia totalmente ultrapassado, que não é apenas cientificamente falso, mas também carece de interesse e aplicação no mundo moderno?” ele declarou em 1931 (KEYNES, 1964).

Pode-se dizer que Keynes permaneceu insatisfeito com o sistema capitalista, mas fiel a ele e confiante de que era a melhor forma de organização da sociedade. Em um ensaio sobre “Auto-suficiência nacional” publicado em 1933, ele apontou que “o capitalismo individualista internacional decadente em que nos encontramos desde a guerra não é um sucesso. Não é inteligente, não é bonito, não é justo, não é virtuoso ... em poucas palavras, não gostamos e começamos a desprezá-lo (MENICUCC, 2011).

Mesmo assim, sua fidelidade e confiança na possibilidade de melhorar esse sistema o levaram a propor linhas de intervenção científicas destinadas a fortalecê-lo, incluindo: pleno emprego, justiça social e liberdade individual, o que implica uma maior dimensão das funções estatais na economia (ANDRADE, 2000).

Keynes (1964, p.70) aceitou que os mecanismos de mercado garantem uma alocação eficiente de recursos, de modo que o problema estava no nível de emprego resultante. A esse respeito, ele observou que:

não vejo razão para supor que o sistema existente abuse dos fatores de produção que são usados. Claro que existem erros de previsão; mas isso não poderia ser evitado por decisões centralizadoras ... No que falhou, o sistema atual tem sido determinar o volume de emprego efetivo e não seu endereço.

Diante disso, o instrumento central utilizado para garantir o pleno emprego é o gerenciamento da demanda agregada por meio da política fiscal. Sobre a questão da justiça social, um dos aspectos mais inexplorados da teoria de Keynes, o último capítulo da Teoria Geral fornece argumentos econômicos e éticos contra o que o autor chama de “distribuição arbitrária e desigual da riqueza e renda” (KEYNES, 1964). Do ponto de vista econômico, e ao contrário do que a tradição neoclássica apóia, ele considerou

que a desigualdade econômica contribui para o enfraquecimento do consumo e a demanda agregada.

A crise do capitalismo de 2008, cujos efeitos ainda sofremos, levou a uma redescoberta de Keynes (1991) em busca de soluções para as dificuldades enfrentadas pelas economias contemporâneas. É isso que Roger E. Backhouse e Bradley W. Bateman nos advertem em seu livro intitulado John Maynard Keynes, Um Capitalista Revolucionário, traduzido para o espanhol pelo Fundo de Cultura Econômica. Até recentemente, Keynes (1964) era um autor em desuso ou mal-entendido, depois que por várias décadas, aproximadamente de 1940 a 1970, sua abordagem ao pensamento dominou as políticas econômicas nos países ocidentais (CARNEIRO e MENICUCC, 2011).

O declínio de sua influência começou a ocorrer quando, em meados da década de 1970, houve um aumento sem precedentes nos preços do petróleo. Muitos países, incapazes de manter a taxa de crescimento que alcançaram durante anos, foram vítimas do desemprego combinado com uma inflação incontrolável de preços. De repente, o que foi útil por um longo tempo deixou de servir, e as ideias de Keynes foram consideradas a causa do mau funcionamento das economias (CARNEIRO, 2015)

O inglês Keynes, cujo treinamento inicial era no campo da matemática, tornou-se um economista famoso após a publicação de seu livro The Theory of Occupation, Interest and Money, em 1936, no qual estabeleceu um idioma pensar e projetar, de maneira sistemática, políticas econômicas. Isso não significa, ao contrário do que geralmente se acredita, que Keynes foi o grande inovador da gestão das economias e o criador absoluto das soluções que nos permitiram superar a Grande Depressão que se seguiu à crise de 29. Autores esclarecem que, antes de Keynes escrever seu livro, medidas de intervenção do governo já estavam sendo aplicadas nas economias para tentar superar o desemprego e a estagnação. O mundo do Laissez-faire já havia sido deixado para trás (CARDOSO JR, 2011).

O que Keynes (1991) fez foi construir o arcabouço teórico para discutir e dar suporte conceitual às políticas que foram aplicadas no período pós-guerra, aquelas que permitiram estabilidade de preços, crescimento e bons níveis de emprego e prosperidade que caracterizavam as economias ocidentais (KOHLRAUSCH, 2019).

No coração do século XX, como o próprio Milton Friedman o reconhecera, já nos anos 70, todos se tornaram keynesianos, ou, o que é o mesmo, a maneira de ver a economia foi feita na chave de Keynes. De acordo com Keynes (1964), a exigência de manter o capitalismo funcionando adequadamente Consiste em aumentar o poder de compra da população, de modo a aumentar a chamada demanda efetiva por bens e serviços em níveis que permitam um certo dinamismo da economia. Na visão de Keynes "se as

peças gastam mais, dizem Backhouse e Bateman, haveria mais produção e, curiosamente, mais receita" (KEYNES, 1964, p.30).

Portanto, o Estado teria que investir e gastar e, assim, favorecer a oferta de empregos e o aumento da produção. Os impostos teriam que diminuir apenas na medida em que permitissem manter níveis adequados de emprego. Nessas premissas, as economias funcionaram com sucesso. O problema surgiu quando eles deixaram de ser produtivos o suficiente, os preços não puderam ser controlados e o emprego caiu para níveis perigosos.

A saída foi libertar os mercados do controle do governo, diminuir os gastos públicos e reduzir os impostos sobre os ricos. Pensa-se que os mercados podem funcionar perfeitamente se os agentes econômicos puderem agir livremente: se buscarem sem restrição, seu benefício particular acabará causando o benefício de outros. Embora menos impostos e menos regulamentos oficiais sejam mais bem aplicados, também se justifica que o Estado deixe de apoiar certos grupos ou classes sociais que precisam, e esse modo de pensar prevaleceu em quase todos os países nos últimos trinta anos (LOH, 2019)..

De fato, o fantasma das complicações econômicas não foi erradicado: sofremos crises econômicas constantes e o aumento da pobreza e do desemprego em muitos países do mundo. Keynes (1964) era um crítico moral do capitalismo. Nesse sentido, pelo menos, suas abordagens permanecem válidas, especialmente se considerarmos que as crises das economias contemporâneas estão relacionadas ao deboche e à busca de ganhos fáceis, muitas vezes o produto da especulação financeira. Provavelmente as medidas keynesianas aplicadas em A era do capitalismo clássico do século XX não voltará (TERRA, FERRARI FILHO e DUTRA, 2020).

No entanto, seus avisos morais ainda são válidos. Para mostrar, esse pensamento dele: "O empregador é tolerável apenas enquanto seus benefícios puderem ser relacionados ao que suas atividades contribuíram para a sociedade" (KEYNES, 1992, p.115).

Do ponto de vista ético, embora ele tenha apontado que "da minha parte, acredito que exista justificativa social e psicológica de grandes desigualdades de renda e riqueza" (KEYNES, 1992, p.115)., ele costuma afirmar que elas não são justificáveis "... tão grandes disparidades quanto as atualidades" (KEYNES, 1992, p.116). Isso o levou a considerar que, juntamente com o desemprego involuntário, a geração de uma distribuição tão desigual de riqueza e renda constitui o grande defeito do capitalismo (TERRA, 2020).

O objetivo de Keynes (KEYNES, 1992) era simples: elaborar uma teoria econômica que possa explicar os fatos econômicos reais, em vez de fingir que os fatos se encaixam na teoria. Portanto, na teoria keynesiana, o livre mercado torna o alto desemprego uma ocorrência frequente; e para o qual mais mercado só pode agravá-lo. É claro que Keynes tem várias diferenças intransponíveis com a teoria "ortodoxa" (LIMA, 2020).

Primeiro, Keynes (KEYNES, 1964) fala do capitalismo; do capitalismo como um sistema social. Os economistas falam da economia como algo genérico e depois descrevem o sistema econômico atual. Keynes, tomando o capitalismo como um sistema social, aceita que existia, existia

(em sua época) e que talvez houvesse outros: para ele, o capitalismo não precisava ser eterno (SANTOS, 2013).

Keynes (1992) analisou as sociedades em termos de classes; Ele aceitou a existência de diferentes interesses e a possibilidade de conflitos. Em contraste, a teoria ortodoxa analisa a situação em termos de agentes econômicos perfeitamente racionais que maximizam sua renda; portanto, não haveria, em essência, uma distinção significativa entre um magnata e um desempregado. Em Keynes (1964), o mercado não tem o poder, como no modelo ortodoxo, e, portanto, não é necessário render-se ao mercado. Para Keynes (1964), o poder é o do locatário, que pode ou não aceitar fornecer crédito para produção e investimento; o poder é o do empreendedor, porque inicia o maquinário produtivo e decide quantos, quando e com que salário os empregos são oferecidos. Keynes (1964) fala sobre distribuição de riqueza. Para a economia ortodoxa, a distribuição da riqueza é determinada pelo mercado (FIGUEIREDO – ALMEIDA, 2014).

Além disso, o mito clássico sustenta que uma distribuição concentrada da riqueza favorece o crescimento econômico porque, como os ricos gastam proporcionalmente menos de sua renda do que os pobres, há maior economia para se tornar investimento produtivo e mais empregos; Salvar determina o investimento (ZATERKA, 2020). Desta maneira, a noção de mão invisível é acentuada: cada ato egoísta termina em benefício da comunidade. Mas em Keynes (1964), é o contrário: poupar não gera investimento, mas desemprego.

CONCLUSÃO

Dessa forma, Keynes (1964) sugeriu na época que toda sociedade enfrentava a necessidade de resolver dois problemas simultaneamente: eficiência e justiça social. Nesse sentido, fica claro que a tensão entre esses dois objetivos marcou a discussão teórica dos economistas no século passado. Como os estudiosos do assunto o conhecem bem, os apoiadores do sistema de mercado têm focado sua atenção no aspecto da eficiência e da preservação da liberdade individual, contando com o princípio utilitarista segundo o qual o ser humano é irremediavelmente egoísta e que esse vício privado, quando se reúne no mercado, se traduz em uma virtude pública que promove desempenho e crescimento eficientes.

Especificamente, a economia do bem-estar, na tradição neoclássica e na perspectiva ordinal do utilitarismo, evita avaliar a justiça de uma determinada distribuição de renda e riqueza na sociedade e se concentra exclusivamente em maximizar a soma de utilidades pessoais; porque considera que os resultados distributivos são produto da acumulação voluntária de diferentes gerações e de uma remuneração aos fatores produtivos determinados pela produtividade e pela intensidade dos esforços realizados.

Finalmente, em relação à liberdade individual como um princípio fundamental da sociedade, Keynes defende o sistema de mercado descentralizado, salientando que acima de tudo, o individualismo é a melhor salvaguarda da liberdade pessoal, se puder ser eliminado de seus defeitos e abusos, no sentido de que, comparado a qualquer outro sistema, expande

consideravelmente o campo em que a faculdade de escolha pessoal pode se manifestar.

REFERÊNCIAS

ANDRADE, R.P. "A agenda do keynesianismo filosófico: origens e perspectivas". Revista de Economia Política, n. 20, v. 2, p. 76-94, 2000.

CARDOSO JR, J. C. Planejamento governamental e gestão pública no Brasil: elementos para ressignificar o debate e capacitar o Estado. Texto para Discussão, Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA), 2011.

CARNEIRO, Ricardo. Planejamento e Gestão governamental na Esfera Estadual: uma análise comparativa dos processos, conteúdos e sistemas de acompanhamento dos PPAs. In: CARDOSO, J. C.; Santos, J. C.; PIRES, R. R. PPA 2012-2015: A experiência subnacional de planejamento no Brasil. Brasília: IPEA, 2015.

CARNEIRO, R.; MENICUCCI, T. M. G. Gestão pública no século XXI: As reformas pendentes. Texto para Discussão, Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA), 2011.

CASCIONE, Fábio de Souza Aranha. Teoria da regulação francesa e o Sistema Financeiro Nacional. São Paulo: Mackenzie, 2011.

LIMA, Neilaine Ramos Rocha de. Conceitos, intelectuais e ideias: o entrelaçamento de diferentes dimensões do campo da história, no caso do debate entre Eugênio Gudín e Celso Furtado (1950-1964). PASSO FUNDO, V. 20, N. 1, P. 70- 87, JAN/ABR 2020

LOH, Stanley. Volume, Velocidade, Variedade, Veracidade e Valor: Como os 5 Vs do Big Data estão impactando as Organizações e a Sociedade. Porto Alegre, 2019.

IGUEIREDO - ALMEIDA, Ana Virgínia Riscos emergentes dos alimentos: regulação, conflitos e tensões; uma experiência brasileira. Tese (Doutoramento em Nutrição Humana). Departamento de Nutrição. Faculdade de Ciências da Saúde, Universidade de Brasília, 2014. 241f.

KEYNES, J.M. The general theory of employment, interest and money. New York: HBJ Book, 1964.

_____. "A treatise on money: the pure theory of money". The Collected Writings of John Maynard Keynes, volume V. London: Royal Economic Society, 1991.

KOHLRAUSCH, Luana SENTIDOS DO DESENVOLVIMENTO LOCAL: Uma análise dos projetos políticos manifestos no plano plurianual de cinco capitais brasileiras (2017-2020). Dissertação. UFRS-- 2019. 160 f.

SANTOS, Liliane Aparecida da Silva Uma análise da relação institucional entre a Universidade Federal de Pernambuco e a Refinaria Abreu e Lima / Liliane Aparecida da Silva Santos . - Recife : O Autor, 2013. 129 folhas

TERRA, Fábio Henrique Bittes . RACIONALIDADE E Método: duas contribuições de fernando cardim de carvalho à teoria pós-keynesiana. Rev. econ. contemp. vol.24 no.2 Rio de Janeiro 2020 Epub Aug 07, 2020

TERRA , Fábio Henrique Bittes; FERRARI FILHO , Fernando & DUTRA, Fonseca Pedro Cezar. Keynes on State and Economic Development. REVIEW OF POLITICAL ECONOMY. 2020

ZATERKA, Thomás Herr, 1995- Z193i ZatInsegurança alimentar e pobreza no Brasil entre 1995 e 2015 : um período de avanços, limites e contradições / Thomás Herr Zaterka. – Campinas, SP : [s.n.], 2020